

O curso paralelo de Ciências Sociais da UFMG

Victor Luiz Alves Mourão

Graduado em Ciências Sociais / UFMG

Palavras-chave: Ensino de Ciências Sociais; Sociologia Mineira; Organização infantil

Key Words: Social Sciences Studies; Minas Gerais's; Social Sciences Studies; Minas Gerais's; Student's Organization

RESUMO: O artigo em questão tenta fazer uma breve recapitulação histórica de alguns eventos que, argumenta-se, foram fundamentais para o desenvolvimento do curso de ciências sociais na UFMG. Volta-se em especial para uma experiência de organização de um curso paralelo (ao oficial) organizado pelos estudantes em um momento de intensa disputa pelos princípios científicos e profissionais ordenadores do curso em questão. A partir da teoria dos campos de Pierre Bourdieu tenta-se, ainda, prover uma interpretação para os eventos relacionados ao curso paralelo.

ABSTRACT: This article's goal is to provide an historical review of some events that were fundamental to the development of the social sciences course at the Universidade Federal de Minas Gerais. Special attention is paid to an experience of organization, by under-graduated students, of a parallel (extra-official) social sciences course in a moment of intense dispute over the scientific and professional ordering principles of the course in question. It also tries to provide an interpretation of these events from the point of view of Pierre Bourdieu's field theory.

A história das ciências sociais no Brasil tem sido tema de estudos recentes. Pesquisas diversas resgataram o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil permitindo uma reflexão proveitosa no sentido de entender o atual momento destas ciências em nosso país (Miceli 2001, 1995; Trindade 2005a, 2005b, 2006; Liedke Filho 2003, 2005). Este artigo visa a enriquecer tais estudos e debates ao tratar do chamado curso paralelo de ciências sociais, uma experiência ocorrida na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH-UFMG) no final da década de 60. Estudantes insatisfeitos com o que consideravam ser a fraca organização do curso mobilizaram-se não somente para reivindicar sua melhoria, mas também estabelecendo um curso "paralelo" ao oficial. Tal iniciativa teve curta duração, mas seu impacto certamente foi duradouro na concepção curricular que passou a prevalecer no curso de ciências sociais da UFMG. Este breve ensaio visa a resgatar algumas idéias e práticas desta experiência utilizando-se de fontes documentais e orais, que permitem entender o contexto e as motivações que a inspiraram.

O texto desenvolve-se de maneira mais ou menos cronológica, de forma a apresentar alguns dos elementos que estavam presentes na configuração e que são historicamente situáveis. Tenta em seguida dar conta de algumas características centrais do curso paralelo e do seu impacto no desenvolvimento posterior das ciências sociais na UFMG e no Brasil. Intenta-se ainda, a partir da teoria dos campos, uma interpretação dos acontecimentos relatados aqui.

Este breve estudo não visa a ser compreensivo nem final: ele se coloca como um modo de resgate do que Bourdieu chamou de "inconsciente de uma disciplina" (BOURDIEU, 1983, p.64), ou seja, sua história, compreendendo as condições sociais

da produção das idéias e do conhecimento científico. A promoção de uma discussão e do debate produtivo sobre o papel das ciências sociais hoje e do que faremos dela no futuro deve basear-se, no meu entender, neste tipo de conhecimento.

As Ciências Sociais no Brasil

A história das ciências sociais no Brasil tem dois marcos principais de fundação no Brasil. Um deles é o período dos pensadores sociais, que tem início por volta da década de 1880 e vai até a década de 1930. Este período, como o próprio nome diz, é caracterizado pela existência de pensadores diletantes, não especializados, que começam a pensar a realidade, brasileira ou não, utilizando-se do termo "social" e outros relacionados. Tal caracterização de diletantismo é retrospectiva, como não poderia deixar de ser: trata-se do modo como os cientistas sociais, ou seja, os profissionais da ciência social, passaram a se referir aos grandes pensadores que construíam interpretações de grande alcance sobre a realidade social, sem grandes preocupações com método. Este traço distingue essa época dos pensadores do momento posterior marcado pelo esforço de profissionalização da carreira de cientista social¹. É nesse período dos pensadores sociais que nasce um discurso voltado para o social, intrinsecamente ligado a projetos de modernização, desenvolvimento e até mesmo de eugeniação do Brasil. A criação dos cursos de ciências sociais na Escola Livre de Sociologia e Política (1933), na USP (1934) e na antiga Universidade do Distrito Federal (então Distrito de Guanabara, 1935) marca o início do período da sociologia científica. Missões estrangeiras, especialmente francesas, americanas e alemãs, vieram ao Brasil para ensinar e divulgar os padrões científicos de produção sociológica de seus países e possibilitar a implementação de uma produção sociológica em território brasileiro. Os

¹ Como bem lembra Oliveira (1991, p.53), nas décadas de 30 a 50 falava-se em "profissionalização", mas posteriormente esta mesma época tornou-se conhecida como a fase de "institucionalização" das ciências sociais no Brasil.

pesquisadores estrangeiros tinham assistentes brasileiros que assumiam as atividades acadêmicas quando aqueles regressavam a seus países. Este período teve seu auge com a Escola Sociológica Paulista, grupo que se desenvolveu ao redor do professor Florestan Fernandes.

Assim, as formações acadêmicas em ciências sociais, após passarem por este período de fundação e institucionalização inicial, entram na fase de consolidação, momento este que se marcará pelo desenvolvimento de associações científicas e pela crescente competição entre as disciplinas, o que veio a enfraquecer a hegemonia da sociologia como disciplina dominante, apoiada no prestígio da mencionada Escola Sociológica Paulista (Trindade, 2004a, p.320). Os acontecimentos políticos não alteraram essa dinâmica; ao contrário do que se passaria em outros países latino-americanos, esse período brasileiro de reorganização institucional-política não estagnou o desenvolvimento das ciências sociais no país, que experimentaram uma expansão em suas atividades, vinculadas à criação de associações científicas e órgãos de fomento à pesquisa. (TRINDADE, 2005, p. 97 *et seq.*) Elas, muito ao contrário, expandiram-se e se consolidaram sob o regime militar². A década de 70 foi momento de criação e desenvolvimento de muitas associações científicas, cabendo especial menção para a ANPOCS, criada em 1977.

Há uma crescente internacionalização da atividade acadêmica das ciências sociais no período, especialmente com o envio de profissionais e recém-graduados para realizarem cursos de pós-graduação no exterior por meio do apoio de políticas governamentais administradas por uma rede de agências de fomento. Esta diretiva política tinha dois objetivos: o da expansão dos cursos da área e a institucionalização da pesquisa científica em todos os campos de conhecimento, incluindo as ciências sociais (TRINDADE, 2005). É nesse momento que vários alunos do curso de Sociologia e Política da FACE/UFMG têm a oportunidade de estudar na FLACSO/Chile. São estes mesmos alunos (como Fábio Wanderley Reis, Si-

mon Schwartzman e Antônio Octávio Cintra) que irão integrar o futuro Departamento de Ciência Política da UFMG e que possibilitarão a criação do mestrado em ciência política pela mesma instituição. Treinados em metodologia científica, voltarão ao Brasil com o ímpeto de rigor na pesquisa voltada para o conhecimento da realidade brasileira. Suas orientações científicas geraram conflitos teóricos e epistemológicos com o grupo da Escola Sociológica Paulista.

A criação do mestrado de ciência política é vista como o começo do momento de consolidação de nova orientação nas ciências sociais no Brasil, agora associadas à atividade acadêmica internacional. Ressalta-se a importância das agências internacionais de fomento à pesquisa, como a Fundação Ford. Cresce a competição entre as disciplinas componentes das ciências sociais, ligada ao embate metodológico entre os paulistas da escola sociológica e os professores treinados da FLACSO.

De mineiros e paulistas

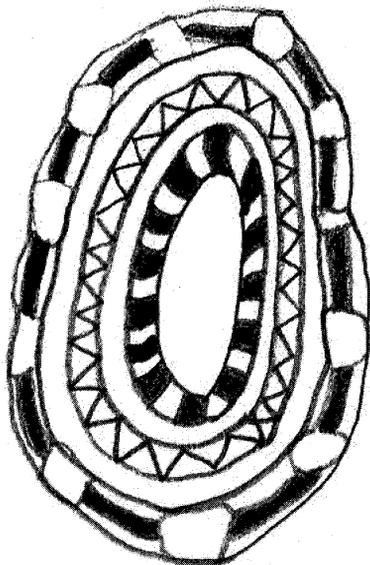
Nesse momento, um debate relativamente intenso sobre os princípios de legitimação do conhecimento científico sociológico e os modos de se pesquisar os fenômenos sociais que irão ter ligação direta com os acontecimentos aqui em foco se desenvolve. Tal debate coloca em choque sociólogos ligados à Escola Sociológica Paulista, estabelecidos no cenário nacional, e os mineiros recém-chegados da FLACSO. É especialmente em um número da Revista Brasileira de Ciências Sociais, em 1966, que este debate pode ser percebido, com artigos de Fábio Wanderley Reis e Antônio Octávio Cintra atacando vários dos estabelecidos paulistas. Na voz do primeiro, é nesta revista:

"onde aparecemos, Antônio Octávio e eu, como paladinos de uma ciência nova, divulgando a palavra dos mestres e trazem-

² Podemos citar os seguintes cursos de pós-graduação e instituições que foram criados durante esse período:

- 1965 Mestrado em Sociologia Rural (IEPE/UFMG)
- 1966 Departamento e Mestrado em Ciência Política (UFMG)
- 1966 Mestrado em Economia e Sociologia (PIMES/UFPE)
- 1968 Mestrado em Ciências Sociais (UFBA)
- 1968 Mestrado em Antropologia Social Museu Nacional
- 1969 Centro de Recursos Humanos (CRH/UFBA)
- 1969 IUPERJ
- 1969 CEBRAP
- 1970 Mestrado em Sociologia UnB
- 1971 Mestrado e Doutorado em Sociologia USP
- 1971 Mestrado em Antropologia Social e Sociologia UNICAMP
- 1973 Mestrado em Sociologia IUPERJ
- 1973 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV-RJ)
- 1973 Mestrado em Ciências Sociais PUC/SP
- 1974 Mestrado e Doutorado em Ciência Política USP
- 1977 Doutorado em Antropologia Social Museu Nacional
- 1977 Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)
- 1979 Doutorado em Ciência Política e Sociologia IUPERJ

Fonte: Trindade, 2005a



do a boa nova para aquele Brasil torto e dialético... Lá está, por exemplo, abrindo o número, um artigo de Antônio Octávio, 'Sociologia e Ciência', em que ele procura expor de modo sistemático e didático os princípios de uma Sociologia científica — da Sociologia como ciência 'fática', de acordo com a designação que lhe dava numa versão anterior do mesmo artigo. E lá estava também um artigo meu, com o título de 'A Propósito de Ciência e Dialética', em que eu comprava briga com todo o estado de São Paulo (José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Francisco Weffort...), procurando mostrar como as inconsistências de uma abordagem dialética supostamente peculiar, tal como defendida por Giannotti em artigo de crítica a um livro de Celso Furtado que aparecera havia pouco, se associava com precariedades até mesmo desfrutáveis no trabalho empírico e nas orientações dos demais. Naturalmente, os paulistas citados eram todos jovens nessa ocasião (embora menos do que nós), mas sem dúvida já eram parte do establishment, e uma parte ascendente, que já passava à frente dos seus mestres, como Florestan Fernandes, em termos de prestígio e visibilidade" (REIS, 2004, p.24).

O debate que se desdobra busca discutir o pressuposto fundamental da abordagem marxista, a noção de totalidade. No nível científico, diversas noções tais quais interesse objetivo de classe, falsa consciência de classe, alienação, lógica do processo histórico, parecem, segundo a perspectiva do grupo em confronto, paralisar a investigação sociológica. Foge-se desse modo aos preceitos de construção do conhecimento científico, baseado nos critérios de auto-correção do conhecimento pela experiência controlada e comunicável, resvalando assim em argumentos de autoridades, dogmas, etc. As proposições não são testadas, logo as previsões não podem ser refutadas. Há uma "negação da experiência como forma mais legítima para construção do conhecimento" (ARRUDA, 2001, p.357).

A influência do debate foi marcante no cenário nacional, e ajudou a contrabalançar a hegemonia da sociologia paulista e a possibilitar a afirmação da ciência política enquanto ciência institucionalizada a partir do final de década de 60. Segundo Reis:

"Acho que, sem dúvida, tivemos algum impacto relevante, ajudando a que se reproduzisse certa reorientação do ensino de ciências sociais no país, ainda que dificilmente se pudesse dizer que a versão doméstica e modesta da 'querela do método' de que participamos tenha sido vencida de vez pela posição que nós representávamos, ou que a gente tenha conseguido estabelecer uma ortodoxia marcada pela

preocupação com certo rigor, com o tratamento sistemático de dados etc. - e sobretudo com uma dimensão que me parece muito importante do ponto de vista do nosso tema de hoje, isto é, o acoplamento entre a referência a algum tipo de material empírico e a reflexão que não abdica de ser teórica, ou teoricamente orientada" (REIS, 2004, p. 24).

É neste contexto de disputa científica que ocorre a experiência do curso paralelo de ciências sociais na UFMG. É um movimento de alunos de graduação, que, embora não afetando a pós-graduação em ciência políticas, tem, como veremos, ligações com estudantes deste mestrado. Mas, antes disso, algumas palavras sobre a formação das ciências sociais em Minas Gerais.

As Ciências Sociais em Minas Gerais³

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi fundada em 1939 e reunida à Universidade de Minas Gerais, posteriormente Universidade Federal de Minas Gerais, em 1948. Tal faculdade tinha uma orientação dupla: por um lado, cabia-lhe formar profissionais voltados para a produção de conhecimento, para "fazer ciência", ou seja, uma orientação voltada para a pesquisa; por outro lado, cabia-lhe formar professores para o magistério secundário (LABOISSIÈRE, s/d).

O curso de ciências sociais ligado a esta faculdade foi criado em 1941, com pouca repercussão e apenas quatro alunos, desaparecendo em 1945 e retomando atividades em 1947 (ARRUDA, 2001, p.290). Entre 1943 e 1953 formou apenas oito pessoas, tendo neste último ano 13 pessoas matriculadas e mais três aprovadas no concurso de habilitação (Anuário da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, 1953). Há poucos estudos e informação sobre este curso, mas parece que era bastante orientado para a antropologia e para a formação de docentes do Colégio Universitário que tinha a sociologia como disciplina obrigatória (ARRUDA, 2001, p.290).

Na Faculdade de Ciências Econômicas, por sua vez, havia o curso de Sociologia e Política. A criação da FACE foi um projeto ligado ao empresário mineiro e a associações de classe e visava a fornecer quadros administrativos para o setor público e privado, especialmente para o primeiro. O objetivo era superar a estagnação econômica mineira e promover a modernização do estado. A figura central do processo de criação da faculdade foi Yvon Leite de Magalhães Pinto, que emprestou seu nome ao antigo prédio da FACE na rua Curitiba, e que foi o principal articulador, junto aos empresários, no sentido de viabilizar econômica e politicamente o projeto da FACE. "Tal fato [apoio dos empresários] atesta a preocupação em formar quadros profissionais que, no futuro, pudessem respaldar a modernização da economia mineira e tentar retirá-la do marasmo

³ O que chamo aqui, e ao longo do texto, de ciências sociais mineiras ou ciências sociais em Minas Gerais, referir-se-á às ciências sociais vinculadas à UFMG, e não exatamente às ciências sociais produzidas em território mineiro.

no qual se encontrava e teimava em persistir" (ARRUDA, 2001, p.298).

O curso de Sociologia e Política teve um caráter pioneiro, pois foi criado para atender a uma demanda referida à qualificação profissional de recursos humanos que não existia na época – era uma antecipação às necessidades futuras, baseado em um projeto de desenvolvimento regional inovador ligado à criação da FACE e à formação de quadros futuros dos setores produtivos e burocráticos mineiros (ARRUDA, 2001, p.300-1). Tal pioneirismo ajuda a explicar, ao menos em parte, a questão do êxodo de cientistas sociais mineiros para os grandes centros, já em um momento posterior. Há um

"descompasso do modelo [do curso de Sociologia Política] frente à realidade concreta. Isto é, a iniciativa [de criação do curso] configura-se grandiosa para o ainda acanhado ambiente de Minas. No futuro, membros desse grupo viriam a exercer sua vida profissional fora de seu estado, à exceção de Fábio Wanderley Reis, Antônio Octávio Cintra, Laura da Veiga e José Murilo de Carvalho, este último durante o período inicial de carreira" (ARRUDA, 2001, p.321).

Este curso foi bem mais influente e obteve uma clientela maior se comparado ao seu semelhante da FAFI. Ele tinha um "caráter extremamente orientado" (ARRUDA, 2001, p.297), também focalizado no treinamento de quadros administrativos para o setor público e privado. Sua estrutura curricular foi vinculada à do curso de Administração Pública, ministrado na mesma escola, sendo bastante comum que os formandos de um se diplomassem também no outro. Segundo Maria Arminda do Nascimento Arruda (2001, p.307):

"Se compararmos o currículo de sociologia e política e administração pública, percebemos que as diferenças, no conjunto, resultam da atribuição de um peso menor à Sociologia frente ao Direito e à Administração, e a substituição de Antropologia e Etnologia por Contabilidade. No geral, os currículos são assemelhados, o que permitia aos alunos cursarem poucas optativas e graduarem-se em ambos os cursos. E de fato, essa era a regra. Nesse sentido, a faculdade formava um cientista social muito mais próximo das questões do Direito e dos princípios constitucionais do Estado, do que propriamente um profissional das Ciências Sociais".

Para além das discussões do que seria propriamente um profissional das ciências sociais na época, é fato que a orientação, tanto do curso quanto da faculdade, era a de formar pessoas adequadas para serem absorvidas na adminis-

tração e modernização de órgãos públicos e do setor empresarial mineiro. Outro fato associado a este curso e que merece menção é o sistema de bolsa de estudos em horário integral que premiava os melhores alunos, visando a um sistema de auto-reprodução do corpo docente que não era especializado até então (ARRUDA, 2001, p.304). Essa inovação permitiu formar uma grande parte dos professores que comporiam o conjunto de recursos humanos do mestrado de Ciência Política em 1966 e que protagonizariam a já mencionada e famosa disputa ideológica e metodológica com os sociólogos da USP. Entre 1956 e 1966, o curso formou 172 pessoas, sendo 109 homens e 63 mulheres. Cursos com histórias diferentes, com orientações diferentes, mas que, por uma proibição da duplicação de cursos posta em vigor na UFMG, medida que antecipava a reforma universitária de 1968, foram unidos em 1967⁴.

O curso paralelo

Com a fusão dos cursos, a estrutura curricular ficou aquém do desejável no entendimento dos estudantes de ciências sociais.

"O objetivo da racionalização didática e administrativa [da fusão dos cursos] frustrou-se pela precariedade de recursos e de propósitos do novo Departamento de Ciências Sociais. [...] O curso de ciências sociais da FAFICH começou mal em termos muito claros. O curso carecia de seriedade [...]" (PAIXÃO, 1991, p.203).

Motivado pela insatisfação dos alunos com relação a diversos aspectos do curso que eram vistos como ultrapassados ou pouco atualizados, o curso paralelo de ciências sociais se desenvolveu ao longo do ano de 1968, ou seja, no ano seguinte ao da fusão dos dois antigos cursos existentes na UFMG. Neste sentido, seu objetivo principal era a modernização do currículo, com uma reestruturação curricular que visava à melhoria de seu padrão científico e acadêmico:

"[...] a origem do curso paralelo foi uma grande insatisfação dos alunos do curso, com o curso. Ele [...] era uma experiência de integração dos dois cursos anteriores. Tinha algumas deficiências; vamos dizer que ele tinha um aspecto normal, era uma transição, mas acho que tinha certa garra dos alunos para dar uma modernizada forte no curso"⁵.

Assim, lideranças estudantis ligadas ao Centro de Estudos de Ciências Sociais (atual Centro Acadêmico de Ciências Sociais - CACS) organizaram um curso alternativo ao oficial, convidando professores selecionados (incluindo alunos do mestrado de Ciência Política) para que dessem aula de acordo com o padrão curricular considerado desejável.

⁴ Durante a gestão de Aluisio Pimenta (1964-7), foi elaborada uma proposta de reforma universitária que se iniciou em 1965 e foi se consolidar em 1968, já com a reforma universitária nacional.

⁵ Entrevista com Otávio Dulci à Flávio Carvalhaes e Flora Gonçalves.

Esvaziou-se completamente o curso oficial - apenas uma pessoa nele se matriculou⁶.

Como dito, a reestruturação curricular foi um dos pontos principais da mudança proposta pelo curso paralelo. Antes, as disciplinas tinham nomes vagos e seu conteúdo era preenchido de acordo com as intenções do professor que ministrava cada disciplina. Na proposta paralela, por exemplo, foram introduzidas as disciplinas de matemática e demografia, esta última no lugar da geografia⁷. Além disso, havia uma orientação para a discussão metodológica em voga na época, uma preocupação com a lógica da investigação científica de acordo com as idéias de Karl Popper. Ou seja, havia uma idéia de inovação na estrutura curricular, de um rigor científico mais apurado, referido ao conhecimento da realidade brasileira. Segundo Paixão esta foi a "primeira experiência de elaboração racional do currículo no curso" (PAIXÃO, 1991, p.204). Buscava-se uma maior interdependência de disciplinas com conteúdos formalmente definidos, ao invés de rótulos vazios, característicos do currículo anterior.

Além dos professores que os alunos consideravam adequados a ministrar as disciplinas do novo currículo, foram convidados professores que nem mesmo tinham ligação com a universidade. A disciplina de matemática, por exemplo, foi ministrada por Frederico Magalhães Gomes, enquanto a da demografia foi dada por Paulo Paiva, que depois se tornaria presidente do BDMG, que havia feito uma especialização pouco tempo antes do curso paralelo.

Este curso foi assim um modo pelo qual líderes do movimento estudantil puderam reagir contra uma situação insatisfatória do recém formado curso de ciências sociais, forçando a reforma curricular de modo a tornar a formação do cientista social mais próxima dos desafios do desenvolvimento social, econômico e político que se colocavam à época. O movimento estudantil já estava em relativo declínio, em virtude do controle político externo, mas conseguiu ainda impulsionar essa mudança na concepção do curso de ciências sociais, o que contribuiu para a melhoria de seu padrão científico, de seu currículo e do seu corpo docente.

O resultado desta experiência

Encerrado o curso paralelo, começaram as discussões sobre a reforma curricular na congregação da FAFICH. A falta de informações sobre detalhes deste processo é grande. Mas, houve um acordo que permitiu que os alunos aproveitassem o ano acadêmico paralelo e se formassem com estes créditos contabilizados no registro. Os relatos de participantes desta experiência apontam para certa boa vontade da congregação com relação às atividades do curso paralelo. Mas, havia também tensões, pois parte dos professores da FAFICH do curso de ciências sociais foram "alijados" de seus postos pelo curso paralelo. Essa situação criava um problema delicado para a direção da faculdade,

mas isto não impediu a aceitação e oficialização das disciplinas do curso paralelo ou seu registro para os alunos "rebelados".

Porém, posteriormente houve um período de retração resultante do endurecimento da ditadura militar. "A escalada autoritária varreu a efervescência coletiva, e durante dois ou três anos o curso de ciências sociais da UFMG voltou ao que era antes" (PAIXÃO, 2001, p.204). Alguns alunos foram forçados a adquirir créditos para outras disciplinas que não aquelas seguidas por eles mesmos no curso paralelo. "Infelizmente, isso que foi uma revolução bem sucedida [o curso paralelo], foi, no entanto, abortada depois pelos plenos poderes que o AI-5 deu a certos administradores universitários, que então voltaram atrás em tudo, desqualificaram o curso paralelo, os alunos tiveram que refazer as disciplinas já feitas, etc."⁸ Tal situação afetou alunos que começaram o curso naquele ano de 1968 ou outros que começaram anteriormente, mas que não o concluíram no tempo normal. O fato de boa parte das lideranças estudantis associadas ao curso paralelo já estarem formadas facilitou o endurecimento e o não-cumprimento dos acordos relativos ao curso paralelo por parte da nova direção da faculdade.

Uma parte dos formados em ciências sociais que haviam participado do curso paralelo foi aprovada em concursos docentes para o Departamento de Sociologia e Antropologia. Nessa nova posição, promoveram uma reforma curricular que realizou as concepções da estruturação curricular do curso paralelo. Trata-se da reforma curricular de 1974, que manteve o espírito do currículo do curso paralelo, reunindo rigor científico e conhecimento da realidade. Segundo Paixão, a ênfase recaía:

"sobre métodos quantitativos de pesquisa, problemas brasileiros e debates teóricos que percebíamos como cruciais do ponto de vista da constituição da ciência social empírica. [...] O 'espírito' do 'curso paralelo' é reinterpretado: a vivência do 'sufoco' autoritário (ou a eliminação repressiva dos canais especializados de socialização política) inviabilizava a crença otimista na possibilidade de compatibilização de objetivos revolucionários e métodos de ciência empírica. A universidade torna-se o locus da resistência ideológica à perspectiva tecnocrática da dominação autoritária — daí a convergência, na reforma curricular de 1974, dos elementos racionais e cognitivos (referidos à 'realidade brasileira') do 'curso paralelo' e da crítica marxista (ou neomarxista) à ciência como ideologia.

A reforma de 1974, no plano da teoria sociológica, combinava análise temática (ação social, estratificação e mudança) e estudo dos clássicos (Marx, Weber, Durkheim); no plano metodológico, investia fundo na crítica epistemológica ao positivismo e na exploração de mé-

⁶ Idem. "A faculdade abriu as matrículas, ninguém matriculou não, só um aluno matriculou lá [...] Todos os alunos do curso se matricularam no curso que o Centro de Estudos [...] ofereceu."

⁷ A matemática havia sido incorporada ao curso de sociologia e política no ano de 1963, momento que coincide com a volta dos primeiros estudantes a irem para a FLACSO. Arruda, 2001, p.310

⁸ Ronaldo Noronha em entrevista concedida ao autor em Nov/2006.

todos dialéticos de explicação; ampliava o espaço curricular do estudo antropológico, econômico, político e sociológico da realidade brasileira e abria espaço para algumas 'sociologias especiais' — urbana, organizacional e educacional" (PAIXÃO, 1991, p.203-4).

A inovação representada pela criação do ciclo básico em ciências humanas, implantada em 1975, também foi uma oportunidade de expansão de alguns princípios associados ao curso paralelo, sendo um espaço de resistência ao autoritarismo do sistema político, procurando efetivar práticas não-autoritárias de produção do saber. Permite-se aos estudantes a participação ativa na definição de objetivos, ementas, conteúdos do curso, e até mesmo da (auto) avaliação dos mesmos, na tentativa de combater o autoritarismo das notas tradicionalmente vistas como prerrogativa exclusiva do professor. (PAIXÃO, 1991, p.205)

Associado ao movimento estudantil como um todo, creio que outro importante indicativo do impacto do curso paralelo refere-se à concepção da relação professor-aluno. Como já foi indicado no depoimento de Otávio Dulci, que foi um aluno do curso paralelo, havia uma relação mais respeitosa entre aluno e professor na congregação⁹. Há ainda uma notícia de jornal da época que mostra o grau de prestígio que os alunos da FAFICH alcançaram no primeiro semestre de 1969: o clube dos professores passou a aceitar alunos que estivessem cursando algum curso da FAFICH, não importando em qual ano estivessem matriculados, baseando-se na premissa de que todos eles se tornariam, eventualmente, professores e, assim, com o direito de se tornarem membros da associação¹⁰.

Sociologia dos Sociólogos: uma tentativa de compreensão

Como este acontecimento pode ser entendido e interpretado na perspectiva da própria sociologia? A meu ver, o quadro conceitual construído por Pierre Bourdieu oferece elementos úteis para realizar este objetivo. Os conceitos de *habitus* e de campo são tão centrais na perspectiva desse autor quanto o são na análise aqui empreendida¹¹.

Algo que chama atenção no caso do curso paralelo é a tentativa deliberada de modernização do curso. Há toda uma oposição entre o antiquado e o moderno, entre rigor científico e falta de qualidade acadêmica que perpassa a discussão sobre os objetivos da formação do cientista social. A aproximação entre estudantes de graduação com estudantes do mestrado em ciência política, e destes com professores do departamento de ciência política é indicadora desta oposição entre duas gerações distintas de competências científicas existentes logo após a fusão dos dois antigos cursos. Não se luta contra determinados professores, mas contra determinadas concepções de ciência e de trabalho

docente, que eram, por sua vez, personificados em professores vistos como antiquados e inadequados no exercício de sua função.

A temporada de formação de alguns alunos graduados pelo curso de Sociologia e Política da FACE no Chile para se especializarem foi fundamental para a constituição de um *habitus* diferente tanto do que se tinha tanto na FACE quanto na FAFI, especialmente da segunda. A constituição de disposições voltadas para construir uma ciência rigorosa, preocupada com aspectos metodológicos e epistemológicos do saber, se fez por essa imersão experiencial no país andino, que viria, mais tarde, a se constituir como pólo atrator da intelectualidade sul-americana até o fim do regime democrático, em 1973. O retorno ao Brasil de um grupo inteiro de estudantes e pesquisadores com disposições e visões sobre a ciência que diferiam daquelas estabelecidas no campo científico sociológico viria a alterar o estado instituído das relações desse campo. A força desse grupo se mostra na criação do Departamento de Ciência Política e do mestrado na mesma área na UFMG, feito inédito no Brasil.

Os princípios científicos defendidos pelas pessoas que foram estudar na FLACSO no início dos anos 60 e que posteriormente integraram o DCP foram a base das idéias de estruturação curricular do curso paralelo, ponto central do processo de confrontação com o curso oficial. Havia uma maneira de se fazer ciência, aliança de rigor científico com conhecimento da realidade brasileira, passando por debates metodológicos então em voga, que se não era ignorada pelos professores "antiquados", ao menos não os afetava crucialmente. No momento da fusão dos antigos cursos, em que duas gerações diferentes de cientistas sociais, formados de maneira diversa e que tinham posições divergentes no campo sociológico foram forçados a conviver, criaram-se as condições para a explicitação da insatisfação dos estudantes com relação à estrutura curricular resultante desta fusão. Disciplinas como a matemática, presentes desde 1963 no currículo do curso de sociologia e consideradas fundamentais para se fazer ciência de modo rigoroso, haviam sido retiradas. No momento em que os estudantes puderam interferir no debate sobre a estrutura curricular, eles o fizeram, destituindo o pacto frouxo que permitiria a continuação de uma concepção de formação acadêmica e profissional que já criticavam antes mesmo da fusão dos dois cursos.

Assim, como indica Bourdieu ao analisar o conflito de maio de 1968, a oposição consistente que dividiu as faculdades neste momento não foi uma oposição entre classes de idade, mas sim de gerações universitárias que, ainda que possuindo a mesma idade, foram produzidas por modos de ser diferentes, que foram classificados pelos estudantes de então a partir da contraposição entre antiquados e modernos, científicos e inadequados¹².

Todos estes fatos apontam para um momento marcante de institucionalização das ciências sociais no Brasil, e para um relativo alto grau de au-

⁹ Entrevista de Otávio Dulci a Flávio Carvalhaes e Flora Gonçalves: "Eu acho que essas pessoas [Direção da FAFICH] estavam entendendo o que a gente queria. Eles não podiam naturalmente deixar a gente tomar conta do negócio, inteiramente, porque, os outros professores que nós tínhamos tirado fora eram contratados, tinham que ser respeitados, não é? Eles já estavam sofrendo a punição de serem rejeitados por nós, o diretor não podia abandoná-los. Eu compreendo isso. Agora, teve infundáveis reuniões na congregação a respeito desse caso. Os nossos líderes eram muito bons politicamente, muito respeitados na congregação, não era aquele bate-boca infantil entre professor e aluno não. Era uma coisa sofisticada. E no fim do ano a faculdade reconheceu todas as matriculas, quer dizer, nós passamos, eu passei para o terceiro ano com tudo valendo" (ênfase dos entrevistadores).

¹⁰ Última Hora - 15-03-1969. "Clube dos Professores Aceita Alunos". Todos os alunos da FAFICH, independente do ano em que estiverem cursando, poderiam se associar ao Clube dos Professores de MG.

¹¹ Entendo *habitus* como um sistema de disposições práticas de conduta e de esquemas de visão, percepção e classificação através dos quais os atores agem; sistema incorporado de acordo com a trajetória do indivíduo no universo social. Entendo campo como um microsistema social, com leis mais ou menos específicas em relação ao macrocosmo, estruturado a partir das relações de força entre agentes que ocupam certas posições no interior deste campo e que por meio de estratégias determinadas pela posição ocupada no campo visam a conservar ou a transformar as relações objetivas de poder constitutivas deste campo. Por falta de espaço, não explico mais detidamente o sentido desses conceitos na teoria sociológica bourdieusiana e seus empregos aqui segundo os intuítos no presente artigo.

¹² Abrindo uma breve reflexão sobre gerações acadêmicas diferentes, temos o caso da Faculdade de Direito, onde houve uma intensa oposição à reforma universitária de 1968, especialmente no quesito da extinção das cátedras, ao passo que um dos grupos aqui analisados, ligado ao DCP-UFMG, já tinha uma maior familiaridade com a questão departamental implantada por esta reforma.

tonomia do campo científico das ciências sociais. Apesar de ser envolto pelas questões políticas que envolviam a época, todo o debate se desenrolou em torno dos princípios apropriados de se fazer ciência, ou seja, de produzir conhecimento científico válido em uma disciplina que se erigiu pela busca de soluções para problemas sociais brasileiros, mas que até então tinha como perspectiva teórica hegemônica o marxismo da Escola Sociológica Paulista.

Conclusão

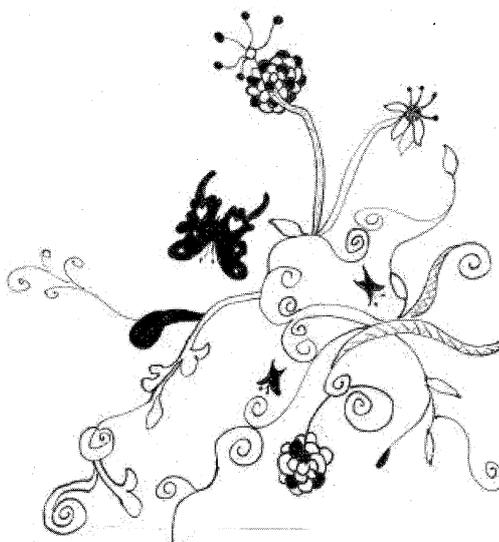
O curso paralelo de ciências sociais foi um experimento semi-institucional organizado por lideranças estudantis que subverteram várias das concepções, não somente do recém fundido curso de ciências sociais, mas também de seu meio acadêmico. A capacidade de administração e execução do curso por parte dos estudantes e sua orientação ao rigor científico e ao conhecimento da realidade brasileira são aspectos que surpreendem e marcam essa experiência.

Neste texto tentei mostrar como a experiência do curso paralelo de ciências sociais ocorrida na FAFICH-UFMG pode aprofundar nosso conhecimento sobre as ciências sociais no Brasil e sobre as condições sociais de produção da ciência social daquele momento. Partindo de uma breve exposição sobre o contexto que antecedeu e que condicionou o acontecimento, defendi a idéia de que os anos 60 estavam imbuídos – no debate sobre a sociedade, a universidade e as ciências sociais – dessa atitude de confrontação à ordem social vigente, e que os movimentos sociais, incluído aí os estudantis, faziam parte central deste movimento de contestação social. O embate metodológico que cientistas sociais mineiros e paulistas travaram na metade da década de 60 também foi brevemente avaliado no texto como

um momento fundamental de defesa de idéias e princípios que seriam reutilizados pelos estudantes no momento do curso paralelo. Em seguida, detive-me sobre a formação institucional das ciências sociais em Minas Gerais, mostrando como dois cursos (o curso de ciências sociais da FAFI e o de sociologia e política da FACE), com histórias e modos de ser completamente diferentes, foram reunidos na reforma universitária realizada durante a gestão do reitor Aloísio Pimenta, fato que colaborou na ruptura que instituiu o curso paralelo. Depois, ocupei-me da importância do curso paralelo no desenvolvimento posterior do curso oficial de ciências sociais da UFMG, mostrando como ele influenciou em diversos aspectos do curso no pós-68. Finalmente, tentei dar uma interpretação destes eventos à luz da teoria dos campos, mostrando como é central a importância dos diferentes *habitus* associados às duas faculdades no entendimento da problemática colocada pelo curso paralelo.

O conflito iniciado por volta de 66 entre paulistas e mineiros teve diferentes repercussões, sendo uma delas a experiência do curso paralelo em '68 na FAFICH. A centralidade de vários pontos defendidos pelos então recém-chegados da FLACSO é até hoje presente no curso de ciências sociais da UFMG, que possui quatro disciplinas metodológicas, além de uma disciplina de Estatística e outra de Demografia. Tal orientação reflete a posição que as ciências sociais mineiras ocupam no cenário brasileiro com relação à metodologia. Este texto teve como objetivo uma reflexão sobre a história das ciências sociais mineiras, tomando um episódio reputado central (o curso paralelo) para entender um pouco mais sobre nosso próprio curso de ciências sociais. Espero ter sido exitoso em meu intuito de contribuir um pouco mais para o conhecimento dessa história institucional que ainda estende seus efeitos sobre nossa própria formação.

Submetido em março de 2008
Aprovado em novembro de 2008



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Faculdade de Filosofia de Minas Gerais. (1953), *Anuário da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais 1939-1953*. Belo Horizonte.
- ARRUDA, Maria Arminda do N. (2001), "A Modernidade Possível: Cientistas e Ciências Sociais em Minas Gerais", in Miceli, S. (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 1. 2ª edição. Ed. Sumaré, São Paulo.
- BOURDIEU, Pierre., CHAMPAGNE, P., LANDAIS, E. (2004), *Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Ed. Unesp, São Paulo.
- _____. (1984), *Homo Academicus*. Les editions de Minuit, Paris.
- _____. (1983), "Por Uma Sociologia dos Sociólogos". In: Bourdieu, P. (1983) *Questões de Sociologia*. Marco Zero, Rio de Janeiro.
- BRAGA, Ronald. (2001), *As Reformas Universitárias no Brasil: uma análise crítica, histórico-prospectiva*. Ed. ULBRA, Canoas.
- FORJAZ, M. C. S. (1997), "A Emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12 n.35. São Paulo.
- LABOISSIÈRE, M. (s/d), "A criação da Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte na ótica de seus fundadores" mimeo.
- LIEDKE FILHO, E. D. (2003), "Sociologia Brasileira: tendências institucionais e epistemológico-teóricas contemporâneas". In: *Sociologias*. Ano 5, No 9. Porto Alegre.
- _____. (2005), "A Sociologia no Brasil: histórias, teorias e desafios". In: *Sociologias*. Ano 7, No 4. Porto Alegre.
- MICELI, Sergio. (org.) (2001), *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 1. 2ª edição. Ed. Sumaré, São Paulo.
- _____. (1995), *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol.2. Ed. Sumaré, São Paulo.
- OLIVEIRA, L.L. (1991), "A Institucionalização do Ensino de Ciências Sociais". In: Bomeny, H. e Birman, P. (orgs.), *As Assim Chamadas Ciências Sociais: formação de cientista social no Brasil*. Relume Dumará, Rio de Janeiro.
- PAIXÃO, A. L. (1991), "Notas Sobre o Ensino de Ciências Sociais na UFMG ontem e hoje". In: Bomeny, H. e Birman, P.(orgs.) (1991) *As Assim Chamadas Ciências Sociais: formação de cientista social no Brasil*. Relume Dumara, Rio de Janeiro.
- TRINDADE, H. (2005a), "Social Sciences in Brazil in perspective: foundation, consolidation and diversification". In: *Social Science Information* (2005); no 44.
- _____. (2005b), "Les Sciences Sociales en Amerique Latine (1930-2003): présentation". In: *Social Science Information* (2005); no 44.
- _____. (org.) (2006), *As Ciências Sociais na América Latina em Perspectiva Comparada (1930-2005)*. Ed. UFRGS, Porto Alegre.